



ACÓRDÃO Nº820/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11519/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Atalaia do Norte.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Adelson da Silva Saldanha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2280/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, exercício 2017, tendo como responsável o do **Sr. Adelson da Silva Saldanha**, - Presidente e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 22, III, da Lei 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Adelson da Silva Saldanha** no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 308, I, "a" da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em decorrência do item 1 do Relatório Conclusivo n. 36/2019 - DICAMI, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na



ACÓRDÃO Nº820/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Adelson da Silva Saldanha no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscientos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme art. 308, IV, "b" da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em decorrência dos itens 2, 3, 4 e 6 do Relatório Conclusivo n. 36/2019 - DICAMI, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Adelson da Silva Saldanha no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) , conforme art. 308, VI, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, em decorrência dos itens 7 e 8 do Relatório Conclusivo n. 36/2019 - DICAMI, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Considerar em Alcançe o Sr. Adelson da Silva Saldanha no valor de **R\$159.698,01** (cento e cinquenta e nove mil, seiscientos e noventa e oito reais e um centavo), em virtude da divergência no Balanço Financeiro do exercício de 2017/Conta Caixa, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão - Câmara Municipal de Atalaia do Norte pelas improbidades apontadas.

10.6. Recomendar ao Sr. Adelson da Silva Saldanha e à Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte que:

10.6.1. Observe com máximo zelo os prazos para remessa dos balancetes mensais e informes periódicos da Câmara, bem



ACÓRDÃO Nº820/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

como os Relatórios de Gestão e Fiscal e Resumidos da Execução Orçamentária, estabelecidos pela Lei Complementar nº 06/1991, art. 15, c/c o art. 20, inciso II, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 24/2000 e Resolução TCE nº 13/2015 e art. 54, da Lei Complementar nº 101/200-LRF e Resoluções TCE nºs 15/2013 e 24/2012;

- 10.6.2.** Implantar, desenvolver e manter sempre atualizado as informações no Portal da Transparência, conforme determina o art. 48, parágrafo único, inciso II da Lei Complementar nº 101/2000-LRF, alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, bem como, o inciso VI, do § 3º do art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, que regula o Acesso a Informação prevista no inciso XXXIII, do art.5º, inciso II, do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
- 10.6.3.** Implantar um controle mais eficiente dos bens de caráter permanente da Câmara Municipal nos termos do art. 94, da Lei nº 4.320/64.
- 10.6.4.** Implantar um controle eficiente para os itens do almoxarifado.
- 10.6.5.** Encaminhar por completo os documentos que compõem a Prestação de Contas Anual, nos termos da Resolução nº. 06/2009;
- 10.6.6.** Observe o disposto nos artigos 31 caput e 74 caput e incisos § 1º da CF/88 e art. 76 caput da Lei nº 4.320/64, quanto a necessidade de controle interno.

10.7. Dar ciência ao Sr. Adelson da Silva Saldanha e aos demais interessados da decisão.

10.8. Arquivar o processo, após cumpridas as determinações acima, nos termos regimentais.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Agosto de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº820/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral